



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Em outros carnavais...



Arquivo pessoal

Gente grande

O secretário de Segurança, Sandro Avelar, encontrou um registro de outros tempos de carnaval. Quando era criança e se fantasiou de “gente grande”.



Arquivo pessoal

Bailarina

A deputada federal Bia Kicis (PL-DF) também matou a saudade do carnaval na infância em Resende, no Rio de Janeiro. Vestida de bailarina-ciclista.

“Farda não é fantasia”, diz Avelar

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O spray de pimenta lançado por um policial militar no rosto do deputado Fábio Felix (PSol) continua causando polêmica. O distrital exige responsabilização dos policiais envolvidos. Mas o secretário de Segurança, Sandro Avelar, defende a corporação. No programa *CB.Poder* de ontem, ele disse que a Polícia Militar fez um excelente trabalho no carnaval. Para Avelar, Fábio Felix foi quem errou ao abordar o policial que estava fazendo a segurança dos blocos. “Farda não é fantasia”, disse ele. O spray de pimenta é a medida mais branda nas ruas, segundo o secretário. É usado para evitar um confronto físico. Mas Fábio Felix garante que em nenhum momento agrediu, destratou ou ameaçou qualquer policial. Apenas tentou diálogo e foi atingido gratuitamente.

Atribuição parlamentar

Segundo Fábio Félix, é atribuição parlamentar fiscalizar a atividade policial, sobretudo quando há denúncias de violência e de arbitrariedade. Ele é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa. Felix reagiu à prisão das organizadoras do bloco Rebu, daí começou a confusão.

Renato Alves/ Agencia Brasília



Confiança no trabalho da PM

O governador Ibaneis Rocha (MDB) também se manifestou sobre o episódio envolvendo a PM e Fábio Felix, que integra a oposição. “Quero, mais uma vez, reforçar o meu total apoio às forças de segurança do Distrito Federal, especialmente durante esses dias de carnaval. A Polícia Militar do Distrito Federal tem um papel fundamental na proteção da população e não pode ter sua honra e sua imagem deturpadas por episódios isolados. Caso tenha havido qualquer excesso, que os fatos sejam apurados com responsabilidade e dentro da lei. Esse é o caminho correto em um Estado democrático de direito. Tenho plena confiança no trabalho sério e comprometido da PMDF, que atua todos os dias para garantir mais segurança à população do Distrito Federal”, registrou no X.

Embate no WhatsApp

Na rede de WhatsApp dos deputados, o assunto pega fogo. Embora a Câmara Legislativa tenha divulgado uma nota de apoio a Fábio Felix, alguns deputados defendem a Polícia Militar.

Arquivo pessoal



De volta

O presidente do Iphan, Leandro Grass, retornou ao trabalho, ontem, depois da licença por conta da cirurgia ortognática, há 18 dias. Nesse período, perdeu dois quilos, mas parece bem mais magro porque já havia deixado para trás outros seis quilos. Volta animado para o trabalho até 4 de abril, quando deverá se desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições.

Luís Tajés / Divulgação



Procuradoria da Mulher na folia

Em meio ao carnaval, a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Legislativa levou para as ruas a campanha “Depois do não, tudo é assédio”. A estratégia foi ocupar pontos de grande circulação no DF: da Praça do Relógio, em Taguatinga, à Rodoviária do Plano Piloto, passando pelo Taguaparque, Museu Nacional e Asa Norte. Com distribuição de adesivos com frases de combate à importunação e à violência, a iniciativa reforçou a presença institucional no centro do debate sobre a segurança das mulheres em grandes eventos. A deputada distrital Paula Belmonte, que comanda a Procuradoria, participou pessoalmente da mobilização.

Respeito não é opcional

Desde que tomou posse como procuradora, Paula tem levado as ações da PEM para fora da Câmara Legislativa, com o intuito de ampliar o alcance. Ao ocupar o espaço público durante a maior festa popular do calendário, a iniciativa reforça a defesa de políticas preventivas e a mensagem de que diversão e segurança caminham juntas. Para Paula, “o carnaval é um momento de alegria, mas o respeito não é opcional”.

Arquivo pessoal



Pronto para o embate

O deputado federal Alberto Fraga (PL) passou o carnaval na fazenda, descansando para o embate que começa quente agora. Promete bater forte no governo Ibaneis.

Citação bíblica

Na rede X, o governador Ibaneis Rocha deixou, ontem, uma reflexão para a quarta-feira de cinzas: “A quarta-feira de cinzas é dia de reflexão. Que este tempo nos traga mais amor, perdão e esperança. Que a fé nos fortaleça para seguir fazendo o bem.” E incluiu uma frase bíblica: “Lembra-te que és pó e ao pó voltarás”. Gêneses 3,19

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

O risco do transporte irregular

Morte de cinco pessoas em acidente na BR-020 acende o alerta para o perigo das vans piratas. Condutor deve ser indiciado por homicídio culposo na direção de veículo automotor e lesão corporal, já que outros 11 passageiros ficaram feridos

» VITÓRIA TORRES

O motorista Rarisson do Amaral Ribeiro Monteiro, de 29 anos, deve responder por homicídio culposo na direção de veículo automotor e lesão corporal. Ele conduzia a van irregular que bateu na traseira de uma carreta, na BR-020, em Planaltina, deixando cinco mortos e 12 feridos, na terça-feira de carnaval. O caso é investigado pela 31ª Delegacia de Polícia. De acordo com o delegado Gilberto Barcelos, a apuração está em andamento, mas há indícios suficientes para apontar a possibilidade de indiciamento do condutor. “No momento, o motorista da van responderá em liberdade. Isso não é uma escolha da autoridade policial, mas uma determinação do Código de Trânsito Brasileiro (Art. 301). A lei proíbe a prisão em flagrante imediata de qualquer condutor que permaneça no local do acidente e preste socorro às vítimas, como foi o caso. Ele não fugiu e acionou o SAMU e os bombeiros”, explicou Barcelos. O delegado lembrou que Rarisson está hospitalizado por causa dos ferimentos sofridos na colisão. “É importante esclarecer que ele

não saiu da delegacia caminhando. O condutor encontra-se hospitalizado sob cuidados médicos devido a lesões no quadril e na cabeça. Nossa prioridade imediata foi garantir que ele fosse identificado e ouvido, o que já foi feito preliminarmente”, acrescentou. De acordo com Barcelos, responder em liberdade não significa impunidade. “O inquérito policial foi instaurado e temos indícios fortes que estão sendo apurados com rigor. Se comprovadas a imprudência e a negligência, como o cansaço excessivo, por exemplo, a pena pode ser aumentada”, detalhou. O delegado destacou que a Polícia Civil está reunindo as provas técnicas, como telemetria do caminhão, laudos periciais e oitivas, para entregar um inquérito robusto ao Judiciário. Morreram no acidente Ravy Gael da Silva Vogado, de 5 anos; Angelina Silva do Nascimento, 16; Marcela Silva do Nascimento, 15; Everaldo de Oliveira Santos, 52; e Laudence Vogado de Oliveira, 58. O estado de saúde das vítimas encaminhadas a hospitais não havia sido oficialmente informado até o fechamento desta edição. O advogado criminalista e especialista em direito constitu-

Edilson Cordeiro/TV Brasília



Van saiu da Bahia com 16 passageiros, na noite de segunda-feira

nal Vítor Sampaio explicou que o enquadramento como homicídio culposo é previsto no artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro. “Ou seja, as mortes se deram por imprudência ou negligência na direção, como cansaço, desatenção ou distância inadequada, somando ainda as lesões culposas dos sobreviventes. Só vira homicídio doloso, com dolo eventual, se ficar bem claro que ele assumiu o risco de matar, o que eu creio que não foi o caso”, assinalou. Segundo o advogado, eventuais irregularidades na situação da van não alteram automaticamente o ti-

po penal, mas podem agravar a situação do investigado. “O fato de a van ser irregular não transforma automaticamente o crime em doloso, mas pesa contra. Pode aumentar a pena por se tratar de transporte de passageiros e ainda gerar autuações próprias pela atividade clandestina e, em alguns casos, até enquadramento separado por exercício irregular da atividade.”

Dor e desamparo

A van saiu na noite de segunda-feira de Santa Ritade Cássia (BA) com destino a Brasília e transpor-

» Mulher será sepultada hoje

O velório e o sepultamento de Ana Caroline Alves Louzeiro Lopes, de 23 anos, serão hoje, em Paranaguá (PI), cidade natal dela e dos pais. A jovem foi encontrada morta pelo companheiro, na casa onde moravam, no Recanto das Emas, na terça-feira. Em depoimento, homem disse que acordou e achou a mulher caída no chão, já sem vida. Ele acionou os agentes da 27ª Delegacia de Polícia e se apresentou de forma espontânea. Foi ouvido e liberado em seguida. O caso segue sob investigação. A Polícia Civil do Distrito Federal aguarda a conclusão dos laudos periciais para esclarecer a causa da morte. De acordo com o delegado Victor Oliveira, que apura o caso, a perícia médico-legista não encontrou sinais de violência no corpo. Apesar disso, segundo ele, a polícia não descarta nenhuma linha de investigação.

tava 16 pessoas, de duas famílias. O concunhado de uma das vítimas fatais, que preferiu não se identificar, relatou a dor da família e a correria para acompanhar os desdobramentos do caso. “Estou indo para a Bahia. Alguns eram parentes meus. Faleceu meu concunhado e dois sobrinhos estavam envolvidos no acidente”, contou. Sobre o motorista da van, ele afirmou que o condutor já era conhecido das famílias, que utilizavam o serviço de transporte. “Eles faziam viagens com ele havia dois anos. Antes, ele era de Águas Lindas (GO). Agora ele mora na Bahia”, comentou. Especialista em policiamento de trânsito e professor de administração do Ibmecc-DF, Fagner Dias destacou que, uma vez que o transporte irregular opera à margem da

lei, ele escapa de qualquer controle do Estado. “Os veículos não são vistoriados, os motoristas não passam por avaliações técnicas e psicológicas adequadas, e as viagens longas são feitas sem o respeito devido às leis de trânsito”, observou. “Essa combinação perigosa coloca em risco não apenas os passageiros que optam por esse serviço, mas todos os usuários das vias”, alertou. “Na eventualidade de uma colisão grave, os passageiros se veem desamparados. Como o veículo não possui seguro, por exemplo, e a operação é ilegal, não há uma empresa ou pessoa jurídica identificável para responder pelos danos físicos e materiais (dos passageiros). As vítimas ficam sem qualquer tipo de indenização ou amparo legal”, detalhou Dias.